



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.454, DE 2009

(Do Sr. Zé Geraldo)

Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para direcionar 30% dos investimentos do Fundo da Marinha Mercante para financiar a construção e expansão da frota de embarcações de pequeno e médio porte.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

VIAÇÃO E TRANSPORTES;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 26-A No mínimo 30% (trinta por cento) do valor total dos investimentos do Fundo da Marinha Mercante serão destinados para financiar a construção e a expansão da frota de pequenas e médias embarcações.

Parágrafo único. Para efeitos desta lei, fica estabelecida a seguinte classificação:

I – Embarcação de Pequeno Porte: aquela cujo valor seja de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II – Embarcação de Médio Porte: aquela cujo valor seja a partir de R\$ 100.000,01 (cento mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 26-B Os investimentos de que trata o art. 26-A no fortalecimento do setor de navegação de pequeno e médio porte serão voltados para construção, aquisição e reforma de embarcações, obedecendo as seguintes condições:

I – Prazo de carência de até 4 (quatro) anos;

II – Juros de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano;

III – Prazo de amortização de até 12 (doze) anos.

Parágrafo único. Terão acesso aos financiamentos:

I – Prefeituras;

III – Cooperativas;

IV – Associações; e

V – Pequenas e médias empresas.” (NR)

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério dos Transportes, por intermédio do Fundo de Marinha Mercante (FMM) vem fortalecendo os investimentos para o fomento e estímulo a modernização e expansão da indústria de embarcações no Brasil. Isso se dá via concessão de financiamentos com taxas e prazos de pagamentos extremamente competitivos e atrativos para o setor de grandes embarcações. Trata-se de um avanço para o país.

Entretanto, dada a nossa realidade nacional, e em especial a realidade Amazônica, se faz imprescindível, para o desenvolvimento dos setores pequeno e médio, um tipo específico de linha de crédito que atenda essa demanda.

Em 2005, os agentes financeiros do Fundo de Marinha Mercante transferiram recursos da ordem de R\$ 475 milhões para financiar projetos do setor naval. Em 2006 foram aplicados R\$ 846 milhões, e em 2007 R\$ 891. Para o exercício de 2008, o Ministério dos Transportes investiu o orçamento de mais de R\$ 2 bilhões. Por meio das observações nesses valores podemos comprovar não apenas um forte aumento na demanda por recursos do FMM como, principalmente, um importante aquecimento do setor no Brasil.

O Fundo de Marinha Mercante é constituído por recursos provenientes do Adicional ao Frete da Marinha Mercante (AFRMM), que é um tributo incidente sobre o frete no transporte aquaviário, cuja arrecadação ocorre eletronicamente por meio do Sistema Mercante. Trata-se de um sistema de arrecadação que vem representando uma ferramenta importante para agilizar as operações e proporcionar maior eficiência gerencial às todas transações referentes ao seguimento.

Por se constatar um cenário favorável, onde podemos ver consagrada políticas de ampliação de investimentos para o setor e, conseqüentemente, o robustecimento de toda a cadeia logística deste seguimento econômico, com a geração de inúmeros postos de trabalho, desenvolvimento regional e uma readequação da matriz brasileira de transporte de carga é que propomos o presente Projeto de Lei.

Este PL visa alterar a Lei vigente no sentido de direcionar trinta por cento (30%) do valor total dos investimentos do FMM para fomentar e estimular a modernização, expansão, aquisição, reforma e construção de embarcações de pequeno e médio porte via financiamento direcionado aos projetos oriundos desses setores.

Assim, barcos orçados no valor de até cem mil reais poderão ser financiados com a classificação de pequenas embarcações, e os de valores acima de cem mil reais e um centavo chegando até o valor de quinhentos mil reais serão classificados como de médio porte.

A presente Lei visa, entre outras coisas, ampliar consideravelmente os investimentos do FMM para embarcações da Região Norte que hoje não chega a cinco por cento do seu total.

A Região Norte é vocacionada para o recebimento deste tipo de recurso, possui dezenas de centenas de barcos em situação de precariedade e enorme potencialidade para a expansão no setor de navegação. A idéia é oportunizar melhorias das embarcações e fortalecer a geração de emprego e renda da Região, aproveitando inclusive o potencial da matéria prima existente no Norte do país.

Dada a relevância da proposta, espero o apoio dos nobres pares.

Brasília, 18 de junho de 2009.

ZE GERALDO
Deputado Federal PT/PA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

LEI Nº 10.893, DE 13 DE JULHO DE 2004

Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 26. Os recursos do FMM serão aplicados:

I - em apoio financeiro reembolsável mediante concessão de empréstimo:

a) prioritariamente, a empresa brasileira de navegação, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado:

1. para a construção de embarcação em estaleiro brasileiro; e

2. para jumborização, conversão, modernização ou reparação de embarcação própria, inclusive para a aquisição e instalação de equipamentos necessários, quando realizadas por estaleiro brasileiro;

b) a empresa brasileira de navegação, a estaleiro e outras empresas ou entidades brasileiras, inclusive as representativas de classe dos setores de Marinha Mercante e de construção naval, para projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para os setores da Marinha Mercante, construção ou reparo naval, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;

c) a estaleiro brasileiro para financiamento à produção de embarcação:

1. destinada a empresa brasileira de navegação, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;

2. destinada à exportação, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;

d) à Marinha do Brasil, até 100% (cem por cento) do valor do projeto aprovado, para construção e reparos, em estaleiros brasileiros, de embarcações auxiliares, hidrográficas, oceanográficas, e de embarcações a serem empregadas na proteção do tráfego marítimo nacional;

e) às entidades públicas, instituições de pesquisa e a outros órgãos, inclusive os representativos de classe dos setores de Marinha Mercante e de construção naval, até 100% (cem por cento) do valor do projeto aprovado, para a construção de embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas, em estaleiros brasileiros;

f) às empresas brasileiras, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado, para construção, jumborização, conversão, modernização ou reparação, quando realizadas por estaleiro brasileiro, de qualquer tipo de embarcação própria, de aplicação comercial, industrial ou extrativista, no interesse do desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval;

g) aos estaleiros brasileiros, para financiamento de reparo de embarcações, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;

h) aos estaleiros, arsenais e bases navais brasileiros, para expansão e modernização de suas instalações ou para construção de novas instalações, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;

i) a empresa de navegação ou estaleiro brasileiros, no apoio financeiro à construção ou produção de embarcações destinadas ao transporte fluvial de passageiros de elevado interesse social, até 100% (cem por cento) do valor do projeto aprovado;

j) a empresa de navegação ou estaleiro brasileiros no apoio financeiro à construção ou produção de embarcações destinadas à pesca, até 100% (cem por cento) do valor do projeto aprovado; e

l) para outras aplicações em investimentos, no interesse da Marinha Mercante e da indústria de construção naval brasileiras;

II - no pagamento ao agente financeiro:

a) de valor correspondente à diferença apurada entre o custo de captação de recursos para o agente financeiro e o custo do financiamento contratado com o beneficiário, sempre que o agente financeiro for o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

b) das comissões devidas pela concessão de financiamentos realizados com recursos do FMM e de outras fontes, a título de administração ou risco das operações contratadas até a publicação desta Lei; e

c) de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, incidentes sobre os adiantamentos de recursos realizados pelo agente financeiro com recursos de outras fontes, destinados ao pagamento das comissões de risco devidas em operações de repasse de recursos do FMM;

III - no financiamento da diferença entre o custo interno efetivo de construção de embarcações e o valor das operações contratadas, com recursos do FMM e de outras fontes, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato de construção de embarcação destinada ao mercado interno;

IV - em crédito reserva, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato de financiamento concedido com recursos do FMM e de outras fontes à produção de embarcação destinada à exportação, visando a assegurar o término da obra, no caso de descumprimento da correspondente obrigação de fazer por parte do estaleiro;

V - em programas especiais direcionados à pesca artesanal ou ao transporte de passageiros, considerados atividades prioritárias e de relevante interesse social, com redução de encargos financeiros referentes a juros e atualização monetária, conforme dispuser o Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministro de Estado dos Transportes; e

VI - em despesas relativas à arrecadação, gestão e utilização dos recursos do FMM.

Parágrafo único. As comissões de que trata a alínea *b* do inciso II deste artigo continuarão a ser reguladas pelas regras do Conselho Monetário Nacional vigentes na data da publicação desta Lei, e poderão ser pagas ao agente financeiro, mediante retenção nas prestações recebidas dos mutuários.

Art. 27. O financiamento concedido com recursos do FMM, destinado à construção, jumborização, conversão, modernização ou reparação de embarcação, poderá ter como garantias a alienação fiduciária, a hipoteca da embarcação financiada ou de outras embarcações, a fiança bancária, a cessão de direitos creditórios e aquelas emitidas pelo Fundo de Garantia para a Indústria Naval - FGIN.

§ 1º A alienação fiduciária só terá validade e eficácia após sua inscrição no Registro de Propriedade Marítima, no Tribunal Marítimo, aplicando-se-lhe, no que couber, o disposto na legislação vigente.

§ 2º O agente financeiro, a seu critério, poderá aceitar outras modalidades de garantia além das previstas no *caput* deste artigo.

.....

FIM DO DOCUMENTO
